

O Cruesp não muda. Mas pautamos a luta pela democratização da USP

A data-base, reconhecida por documento assinado pelo Cruesp em 1991, é 1º de maio. Assim, a pauta de reivindicações foi entregue ao Cruesp em 16/4, o que permitiria iniciar as negociações ainda naquele mês. Entretanto, o Cruesp marcou a primeira reunião de negociação apenas no dia 18/5. Esse fato, por si só, já indicaria uma postura de desrespeito do Cruesp e, portanto, um mau começo para as negociações. Entretanto, a justificativa para tal demora, apresentada pelo professor Fernando Costa, reitor da Unicamp, ainda piorou a situação: a causa teria sido a transição na Reitoria daquela universidade. Tal desculpa é absurda, por várias razões. Primeiro, transições são previsíveis, sempre ocorrem e não podem servir como desculpas para não cumprir compromissos. Além disso, a posse ocorreu no dia 17/4, havendo, portanto, tempo suficiente para que todas as providências fossem tomadas. Não bastasse isso, o reitor empossado era vice-reitor da Unicamp e conhecia muito bem os prazos e a sistemática de data-base. Finalmente, como não houve substituição do chefe de gabinete da Reitoria da Unicamp, não ocorreu sequer quebra de continuidade na administração.

Mas, além de começar mal, a situação continuou piorando: a reunião do dia 25/5 não ocorreu. Depois de cinco dos negociadores do

Fórum terem entrado no edifício da Reitoria da USP, as portas de acesso ao prédio foram fechadas para impedir a entrada de manifestantes no saguão onde fica o balcão de identificação. Assim, os demais membros do Fórum das Seis foram impedidos de entrar e o Cruesp nada fez para resolver tal situação absurda. Os membros do Fórum que já estavam dentro do prédio ficaram aguardando, próximos à sala de reuniões, quando a porta foi rompida e manifestantes entraram no saguão de identificação e no corredor lateral. Os membros do Fórum que estavam dentro do prédio da Reitoria lá continuaram, mas agora obtendo contato com o Cruesp apenas por telefone. Após cerca de uma hora de espera e recebendo apenas respostas evasivas quanto ao começo da reunião, dirigiram-se ao gabinete da Reitora da USP (e presidente do Cruesp), quando foram informados de que o Cruesp não os receberia!

Mas a capacidade do Cruesp em piorar as coisas parece não ter limites. Um comunicado posterior dos reitores afirmou que a reunião não acontecera porque o Fórum não compareceu! Ora, parte dos membros do Fórum ficou cerca de duas horas nas proximidades da sala onde deveria ocorrer a reunião, aguardando por ela e contatando o Cruesp por telefone; parte estava fora, impedida de entrar, sem que qualquer providência fosse tomada.

Os fatos do dia 25/5, es-

pecialmente a entrada dos manifestantes no hall onde fica o balcão de identificação do prédio da reitoria e no corredor lateral, serviram de pretexto para que as negociações fossem interrompidas, com o argumento que “a Reitoria tinha sido invadida”. Isso acirrou mais ainda os ânimos. Funcionários reagiram fazendo piquetes e a Reitoria da USP pediu reintegração de posse com reforço policial. Na manhã do dia 1º/6, vários prédios da USP amanheceram cercados por policiais fortemente armados. Esse fato pesou na decisão dos docentes presentes à Assembleia da Adusp de 4/6, que deliberou por greve a partir do dia 5.

Gota d'água

A situação continuou ruim; o Cruesp não retomava a negociação. Finalmente, a gota de água: em resposta a uma manifestação pacífica, tropas policiais perseguiram estudantes e funcionários, que realizavam ato na entrada do campus do Butantã, no dia 9 de junho, agredindo e machucando os manifestantes e, também, professores que procuravam apaziguar os ânimos. Basta: a Assembleia da Adusp do dia 10/6 incluiu em sua pauta o pedido de saída da reitora do cargo que ocupa.

Na semana seguinte, a mobilização nas três universidades paulistas atinge o seu ápice: no dia 16/6 realizamos ato na USP, com a

participação dos professores Antonio Candido, Marielena Chauí e Maria Victória Benevides, contra a presença da PM no campus; no dia 18/6, uma passeata saindo da Avenida Paulista termina em um grande ato público no Largo São Francisco por uma universidade livre e democrática.

Apenas depois disso o Cruesp agendou nova reunião, a segunda, marcada para o dia 22/6, dois meses depois da entrega da pauta e um mês após a primeira reunião. No entanto, nem nessa reunião, nem na reunião de 29/6, quando o Fórum das Seis apresentou contraproposta, o Cruesp se dispôs a negociar a pauta salarial, mantendo os 6,05% anunciados em 18/5. Além disso, os reitores sequer estavam preparados para a continuidade da negociação, pois não tinham respostas para pontos específicos da pauta, como a extensão da licença-prêmio aos celetistas e a possibilidade de receber a licença-prêmio em pecúnia.

De qualquer modo, na reunião de 29/6 houve alguns avanços, em especial sobre a questão da Univesp: na USP não ocorrerá vestibular em 2009; na Unesp, o número de vagas para o curso de pedagogia será bem menor do que o anunciado pela Univesp e ainda depende de acordos não concluídos. Na Unicamp, o reitor afirmou que o conselho universitário não autorizou o oferecimento de cursos à distância. Os reitores se comprometeram a organizar, juntamente com o

Fórum das Seis, debates nas três universidades sobre o ensino à distância e a Univesp. Enfim, algum avanço.

Democratização

Quanto à continuidade das negociações, o Cruesp se comprometeu apenas com a realização de uma reunião técnica em setembro. O Fórum insistiu, sem sucesso, que há compromissos do Cruesp de realizar reuniões técnicas mensais e de rever semestralmente a política salarial. Cumprir compromissos parece não ser o forte do Cruesp.

Apesar das dificuldades criadas pela Reitoria da USP e pelo Cruesp nesta data-base, do intenso debate realizado durante o processo emergiram, com força redobrada, questões antes discutidas apenas em círculos restritos da comunidade universitária, e que serão eixos da luta no próximo semestre: a carreira docente, o ensino à distância e a democratização da universidade. Este último item, em particular, deve pautar o processo de sucessão para a Reitoria da USP.

Se mesmo setores mais conservadores vêm questionando a legitimidade da estrutura de poder e do processo de escolha de reitor, caberá a um movimento articulado de docentes, funcionários e estudantes impor avanços mais significativos, impedindo que os acontecimentos deste ano se repitam nas próximas datas-base.

A reconquista do registro sindical do Andes-SN

O ministro Carlos Lupi (PDT), do Trabalho e Emprego, restabeleceu em 5/6/09 o registro sindical do Andes-Sindicato Nacional, enquanto legítimo representante dos docentes das instituições de ensino superior público em todo o território nacional. Foi coroada, assim, uma longa luta pela recuperação do registro, arbitrariamente suspenso em 2003, na gestão de Luiz Marinho (PT).

A solenidade de restabelecimento do registro sindical do Andes-SN teve lugar em Brasília, em 24/6, com a presença do próprio Lupi, dos deputados federais Mauro Nazif (PSB-RO), presidente da sub-comissão especialmente criada pela Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados para acompanhar o caso, e Ivan Valente (PSOL-SP), do professor Francisco Miraglia (IME-USP), ex-presidente da Adusp e membro da comissão de mobilização que lutou pela recuperação do registro, e de integrantes das direções nacionais do Andes-SN e da Conlutas.

“Essa é uma data muito importante na história deste sindicato: é a data que marca a reparação de uma arbitrariedade perpetrada em 2003, contra uma categoria que construiu sua história na defesa da educação pública enquanto direito de cidadania, desde os duros tempos da ditadura, e que continua a fazê-lo com a mesma determinação no tempo presente”, disse, na ocasião, o professor Ciro Correia, presidente do Andes-SN.

Empenho

“Decidiu-se reparar, nos limites das possibilidades do processo jurídico-administrativo em curso, a arbitrariedade da suspensão irregular do registro de um sindicato construído nos marcos do mais absoluto respeito às práticas democráticas e à vontade dos docentes das instituições de ensino superior públi-

co e privado, que se organizaram na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior nos anos oitenta e decidiram transformá-la em Sindicato Nacional após a Constituição de 1988”, continuou o presidente.

Ciro reconheceu “o empenho do ministro, do secretário [Luiz Antonio de] Medeiros e do corpo técnico do ministério em cumprir com o compromisso assumido em novembro de 2008, quando nos receberam em audiência durante o ato em defesa da liberdade de organização sindical e em defesa do Andes Sindicato Nacional promovido em Brasília, em conjunto com a Conlutas e outras entidades do meio sindical, popular e estudantil”. Salientou a importância da atuação dos parla-

mentares no processo, em especial a do deputado Nazif.

Liberdade plena

“No nosso entendimento, esse marco contribui para avançarmos na necessária conquista da liberdade plena de organização sindical que ainda tem impedimentos devido à unicidade sindical e ao imposto sindical vigentes, que esperamos superar no sentido de não continuar propiciando a constituição de sindicatos que tenham objetivos outros que não a estrita representação e defesa das respectivas categorias e dos direitos do conjunto da classe trabalhadora”, expressou Ciro.

O ministro Lupi também se pronunciou, defendeu a isenção do MTE: “Fizemos um ato legal, institucional, com o pa-



Andes-SN

Ciro e Lupi exibem o registro sindical do Andes-SN

receer favorável de uma consultoria jurídica que tem 16 advogados da Advocacia Geral da União (AGU), um parecer de um corpo técnico de excelência, que é uma referência nos 37 ministérios, que não é favor a ninguém e não tem ilação po-

lítica nenhuma, como disseram alguns que não conhecem o movimento sindical afirmando que eu estaria favorecendo a Força Sindical”. Ele criticou assim, indiretamente, reportagem publicada por *O Estado de S. Paulo* em 15/6.

Departamento de Saúde manifesta-se sobre desligamento de pensionistas

O Informativo Adusp 281 (11/5/09) publicou a reportagem “Departamento de Saúde desliga pensionistas sem aviso”, que tratava do caso de duas antigas usuárias do Hospital Universitário (HU) que foram avisadas de que não mais seriam atendidas ali por serem pensionistas. O Departamento de Saúde (antigo Sisusp) foi procurado pela reportagem, que lhe enviou perguntas por correio eletrônico. As respostas, porém, só chegaram ao Informativo Adusp após o fechamento da edição.

A seguir, publicamos, na íntegra, as informações enviadas pelo Departamento.

“Em resposta ao questionamento formulado, temos a informar o que segue:

1- A Assistência Médica e Odontológica disponibilizada por Departamento de Saúde da USP a docentes e servidores técnicos administrativos, ativos e aposentados autárqui-

cos, ou com complementação salarial (Lei 200/74), e respectivos dependentes, é um benefício de caráter social, destinado a promover a qualidade de vida. Esta Assistência soma-se, de forma diferenciada e complementar, à Assistência Médica oferecida pelo SUS, a todos os servidores da Universidade, bem como à do IAMSPE, esta destinada exclusivamente aos servidores estatutários do Estado de São Paulo.

2- Conforme informado, a Assistência Médica disponibilizada por Departamento de Saúde se destina, no caso específico de docentes e respectivos dependentes, àqueles em atividade ou aposentados, onde a remuneração (salário ou aposentadoria) é paga por USP.

Quando da morte de docente, o(a) cônjuge passa a receber um benefício (pensão) pago por IPESP (futura-

mente SPPREV), órgão previdenciário estadual, não mais existindo, portanto, o vínculo com a USP. Tal condição, acarreta a perda do direito de utilizar da Assistência Médica disponibilizada por Departamento de Saúde, tanto na capital como no interior, mas mantém a possibilidade de utilizar da Assistência disponibilizada por IAMSPE.

3- Até meados de 2004, existia um Convênio firmado entre HU e IAMSPE, que possibilitava a todos servidores estatutários vinculados àquele Órgão, utilizar do HU. No entanto, ao que nos consta, este Convênio não foi renovado por HU, por razões que desconhecemos.

4- Portanto, para o Departamento de Saúde, o atendimento a pensionistas do IPESP (que podem utilizar o IAMSPE) não deveria estar ocorrendo, uma vez que não procede. Caso tenha ocorri-

do, possivelmente foi devido a falha no Sistema de Gerenciamento Informatizado do HU, que não excluiu o usuário quando da não renovação do Convênio citado.

5- Recentemente recebemos questionamento procedente do HU, com referência à situação de viúva de Docente falecido, que gostaria de continuar a utilizá-lo no seu atendimento médico. Foi prestada à Instituição a mesma informação acima. Desconhecemos a existência de situações semelhantes.

Atenciosamente,
Dr. Walter José Fernandes
Diretor Divisão de Assistência à Saúde”

Nota da Redação. Apesar das declarações do Departamento de Saúde, sabe-se que o HU voltou a oferecer assistência médica às pensionistas, o que nos parece correto.

No IP, comunidade reage ao autoritarismo

Diretora ameaçou “intervenção policial”. Docentes submetem à Congregação proposta de debate sobre estrutura de poder na USP

Caso seja aprovada proposta da assembléia setorial de 30/6 dos professores do Instituto de Psicologia (IP), que será submetida à Congregação, a unidade suspenderá todas as suas atividades acadêmicas em 12/8, para que a comunidade possa realizar um debate sobre a estrutura de poder na USP e sobre os últimos acontecimentos no IP.

Durante a greve o instituto sediou, no dia 16/6, uma reunião de diretores de unidades da USP que aprovou um manifesto de apoio à reitora Suely Vilela. O texto defendia Suely das críticas que recebeu por haver convocado a tropa de choque da PM para reprimir os grevistas, atitude que gerou os graves incidentes de 9/6. A professora Emma Otta, diretora do IP, foi uma das signatárias do manifesto, o que provocou intensas críticas da comunidade.

Um documento assinado pelas três categorias questionou a atitude da professora Otta: “Nós, da comunidade IPUSP (funcionários, professores e alunos), vimos por meio deste manifestar nossa discordância a respeito da forma e conteúdo do manifesto de apoio à Reitora, divulgado pelos dirigentes das unidades da USP e endossado pela Diretora do IPUSP, no dia 16 de junho de 2009. Entendemos que o manifesto expressa contradição ao declarar respeito a valores democráticos e apoiar atitudes que os confrontam, cujo exemplo máximo é a presença e a ação violenta da PM e da tropa de choque na USP”.

Ainda de acordo com o abaixo-assinado, os diretores de unidades tentaram, com o

manifesto, “buscar justificativas para um ato injustificável”. Após convocar “os representantes das instâncias deliberativas e a diretoria do IPUSP para amplo debate e reflexão acerca do que significa representação”, concluiu: “Defender a Universidade não significa defender a Reitora”.

A professora Marie Claire Sekkel, que integra o Conselho de Representantes da Adusp, declarou ao *Informativo Adusp* que o abaixo-assinado “partiu de uma iniciativa dos professores do instituto, que se sentiram naquele momento agredidos pela atitude da Diretora, e foi assinado por uma parte significativa da comunidade, não só de docentes mas de alunos e funcionários”.

“Ofendidos”

Além de endossar o abaixo-assinado, os alunos, reunidos em assembléia em 17/6, decidiram redigir uma “Carta à Diretora”, na qual se manifestam “contrariamente ao apoio dado por nossa diretora à Reitoria”, acrescentando que “o papel institucional que a diretora representa deveria avaliar com profunda consideração os interesses e posicionamento das três categorias que constituem o IP”. Na carta, os estudantes dizem-se, ainda, “desrespeitados e envergonhados” com o manifesto dos diretores: “consideramos que essa atitude está em consonância com a postura autoritária da Reitora, que não busca o diálogo para a tomada de decisão”.

O curto texto termina expressando insatisfação com as explicações dadas pessoalmente pela diretora, na própria assembléia: “Os alunos

se sentiram ofendidos pelo caráter do esclarecimento dado (...) e convidam a senhora para uma conversa que visa a um efetivo esclarecimento”.

Em reunião da Congregação de 22/6, um grupo de estudantes foi convidado a entrar pela própria diretora Emma Otta, que leu a carta a ela dirigida e não fez qualquer comentário. “A reunião foi bastante tranquila. Muitos professores saudaram a Congregação aberta, valorizando o diálogo”, relata a aluna Renata Conde, do centro acadêmico. A diretora precisou sair para um compromisso e a reunião continuou, sendo aprovada uma proposta de realizar, em agosto, sessão aberta da Congregação com o tema “eleições para Reitor”.

Reviravolta

Tudo parecia caminhar, portanto, para um equacionamento do conflito entre a direção e a comunidade. Mas na reunião seguinte da Congregação, em 29/6, ocorreu uma reviravolta. A diretora fez um duríssimo pronunciamento contra a carta dos estudantes e a Congregação cancelou a atividade aberta prevista para agosto.

“Não aceito esta carta e exijo retratação”, enfatizou a professora Otta. “Estou no IP há quarenta anos e nunca vi tamanho desrespeito a um diretor”, disse a diretora. “Dizem que estou devendo um efetivo esclarecimento. Tudo isso é inaceitável e ofensivo. A Diretora foi à reunião de 17/6/09 [*refere-se à assembléia estudantil*] e deu a explicação completa de sua decisão de assinar o documento de apoio dos Dire-

Criado fórum das três categorias na Feusp

Como desdobramento positivo de nossa greve, a Faculdade de Educação (Feusp), por iniciativa de sua direção, criou um fórum das três categorias (docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes) para discussão, em reuniões conjuntas, das várias questões relacionadas às consequências da greve — reposição das aulas, estrutura de poder na USP e democratização — além de outras relacionadas ao cotidiano institucional. O estatuto desse fórum está ainda em discussão, mas a tendência é que se torne um espaço permanente de interlocução dos três segmentos.

Essa iniciativa é, por si só, positiva tanto para se conhecer a visão dos outros setores sobre acontecimentos que afetam a Feusp, como para dirimir conflitos e tensões que surgem entre as categorias e impedem o bom relacionamento. Note-se sobretudo a dimensão de democratização da gestão da unidade que tal iniciativa implica, na medida em que cria um canal de participação para duas categorias (estudantes e funcionários) que, normalmente, são pouco ouvidas.

tores à Reitora”. Mais adiante, explicitou sua posição: “Já dei a explicação completa. Já disse que assinaria a carta de novo. Já disse que acho um absurdo pedir a renúncia da Reitora”.

Contudo, o ponto mais contundente do pronunciamento da professora Otta é aquele em que ameaçou pedir auxílio à polícia: “Já disse que acho errado que os grevistas cuspiam em seus colegas e os intimidem e ofendam. Digo agora que, se vierem aqui cuspir nos funcionários do IP, eu não vou ficar passiva e posso me ver na circunstância, dolorosa, de recorrer à justiça e solicitar uma ordem judicial de intervenção policial”. (Esta e outras passagens do discurso da diretora foram lidas na assembléia da Adusp de 30/6, provocando espanto.)

Sem resposta

Os estudantes não conse-

guem imaginar as razões da súbita mudança de atitude da diretora, nem entendem a referência ao ato de “cuspir” supostamente praticado por trabalhadores em greve. “No IP nunca aconteceu nada disso”, explica Renata Conde. O centro acadêmico solicitou, mas, até o fechamento desta edição, não conseguiu uma cópia da ata da reunião de 29/6 da Congregação.

O *Informativo Adusp* encaminhou à professora Otta perguntas sobre a crise no instituto. Indagou se, ao cogitar recorrer a uma intervenção policial, ela não temeu uma eventual repetição das violências cometidas pela PM no dia 9/6. Também solicitamos sua opinião a respeito do abaixo-assinado de docentes, funcionários e estudantes. Até o momento em que fechamos a edição não houve resposta.

Carreira docente nas estaduais: Cruesp orchestra reforma?

Recurso contra a decisão do Conselho Universitário (Co); abaixo-assinado contrário com mais de 600 assinaturas; mandados de segurança pela anulação da reforma. Na USP, os professores têm se insurgido contra as mudanças na carreira docente aprovadas “a toque de caixa” pelo Co em 2009. Essa luta, contudo, não é mais só dos docentes da USP, pois as reitorias da Unesp e Unicamp estão desenhando reformas semelhantes, por “recomendação” do Cruesp: planos de reformulação que criam progressão horizontal para professor doutor e professor associado, atrelada a incrementos salariais.

A portaria GR-18 de 23/6 deste ano, da Reitoria da Unicamp, revela um dado importante sobre essas reformas. O documento designa membros “para compor Comissão incumbida de organizar, sistematizar e apresentar estudo sobre a Carreira do Magistério Superior (MS), de acordo com a recomendação apresentada pelo Cruesp (Ofício nº 14/2009)” (**destaque nosso**). Depreende-se daí, que, quando a reforma da carreira já estava encaminhada na USP e avançando na Unesp, o Cruesp decidiu propor à Unicamp um plano similar.

Conforme consta em ata de reunião da Congregação da Faculdade de Educação da Unicamp de 25/3, um professor informou que caberia ao Cruesp, após a discussão e elaboração dos planos de carreira, “estabelecer condições de garantia consensual de isonomia entre as três universidades”. As coincidências dos projetos não parecem ser gratuitas.

Mandados

A Adusp entrou com recurso administrativo da decisão

do Co sobre a carreira e aguarda a inclusão do recurso na pauta da próxima reunião do conselho. Ademais, a assembléia de 25/6 deliberou por entrar com ações judiciais contra a decisão: já foram impetrados 16 mandados de segurança contra a decisão. A assessoria jurídica da Adusp está acompanhando os processos.

Na Unicamp, a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Carreira da Adunicamp, para apreciar a preliminar “Proposta de Reestruturação da Carreira Docente”, ocorre em julho. A proposta contém dois novos níveis de carreira (MS-3 nível II e MS-5 nível II), aos quais a ascensão dar-se-á através de avaliação de mérito por bancas exami-

nadoras e aprovação posterior pela Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Institucional. A ascensão implica aumento salarial.

Na Unesp, em que a nova carreira emergiu como proposta eleitoral do reitor Herman Jacobus, a Adunesp está

Brincando de conversar?

Na reunião de 24/6 entre a Reitoria e Adusp sobre as mudanças na carreira docente chamou nossa atenção o modo agressivo com que a secretária geral, professora Maria Fidelina Navarro, se dirigiu aos docentes. Também surpreendeu-nos o fato de que a reitora Suely, questionada sobre o conteúdo do parecer da Consultoria Jurídica (CJ) sobre o voto do representante dos mestres que havia se doutorado em 2007, disse não estar preparada para responder pois imaginava que iria apenas receber nosso abaixo-assinado contra a decisão do Co de 4/3/09. Ocorre que presente à reunião estava Jocélia Castilho, procuradora da CJ, que sem dúvida poderia ter discorrido sobre o citado parecer, que, como viemos a saber posteriormente, foi por ela mesma assinado!! Parece que a reitora Suely brinca de conversar...

travando debate com a Reitoria. Lá a progressão horizontal tem quatro níveis tanto para MS-3 quanto para MS-5, e a ascensão do docente depende do atendimento a requisitos particulares para cada um dos níveis. A mudança de nível, associada também a alterações

de salário, é avaliada por um órgão central, a Comissão Permanente de Avaliação.

O Fórum das Seis organizará discussões, ao longo do segundo semestre, sobre as propostas de mudança nas carreiras das três universidades.

Os empresários da Educação Superior querem mais!

Poucas vezes projetos de lei experimentaram tramitação tão acelerada quanto o ritmo que os interesses do ensino mercantil, bem representados na Câmara dos Deputados, estão conseguindo imprimir, a partir de 7/4 deste ano, ao andamento de suas proposições. Tais interesses foram materializados, especialmente, no PL 4.221/04 de autoria do deputado João Matos (PMDB/SC), que, com cinco títulos e 108 artigos, trata de temas muito abrangentes, remodelando toda a Educação Superior, inclusive a pública, além de reformular, também, o Conselho Nacional de Educação, quanto a composição e atribuições.

Em particular, o Título I, com nove capítulos, é genérico, atinge a todas as instituições de Ensino Superior. Contém pérolas do tipo “universidades [...] em uma ou

mais áreas do conhecimento”; “regime de dedicação docente abrange duas modalidades – a de tempo contínuo, integral e parcial, [...] e a do professor horista”. Definem que apenas 30% do corpo docente (para públicas e privadas) precisa estar neste “tempo contínuo”... Além disto, apenas 10% dos, no mínimo, 30% dos mestres e doutores integrantes do corpo docente precisariam realizar sistematicamente pesquisas (!). Será que produziremos ainda mais doutores desempregados, por disposição, agora, legal??

A lógica da pressa

Aproveitando a anestesia que a crise econômica, a problemática do Reuni (nas federais) e outras iniciativas (vários ataques à democracia interna e à autonomia universitária, que estão ocorrendo em universidades estaduais)

estão causando, deputados afinados com os interesses mercantis remontaram, em 7/4 deste ano, a Comissão Especial da Reforma Universitária, que já produziu quatro audiências públicas e um relatório preliminar em poucos três meses! No seu relatório, de 29/4 (!!), o antigo relator, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), que se afastou para assumir secretaria no governo de Roseana Sarney, já se manifestou no sentido de destacar, em relação aos 14 PL que constituem a reforma, o projeto acima comentado (PL 4.221/04) e o projeto do Executivo, também problemático.

Nas quatro audiências públicas, os expositores foram, majoritariamente, representantes do setor mercantil, em especial das mantenedoras de todas as instituições privadas. Apenas numa delas houve um pequeno espaço pa-

ra o contraditório, nas vozes de representantes do Andes-SN, da Fasubra, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do representante dos Conselhos Profissionais. Nesta audiência, a presidente da UNE basicamente enalteceu a proposta de reforma universitária da entidade, transformada, em maio deste ano, em projeto de lei. O coroamento desta audiência, ocorrida em 30/6 e presenciada por representantes do GTPE do ANDES/SN, foi a fala final do novo relator, o deputado Jorge Maluly (DEM-SP), que se apresentou como engenheiro civil e pequeno empresário de Araçatuba: “a Comissão Especial encerrará seu trabalho (com relatório!) até dezembro deste ano – doa a quem doer (textualmente...)!”

A comunidade universitária aceitará o desafio?